Estratégia Concursos

SIMULADO FINAL

TJ PA

ANALISTA JUDICIÁRIO

Simulado Especial

Simulado TJPA (Área Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJPA;

*2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com alternativas A, B, C, D, E.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

*7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube**. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.*

8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-TJ-PA-Analista-12-01-20

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
16 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
17 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
18 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
19 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
20 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
21 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
22 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
23 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
24 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
25 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
26 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
27 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
28 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
29 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
30 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
31 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
32 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
33 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
34 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
35 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
36 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
37 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
38 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
39 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
40 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
41 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
42 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
43 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
44 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
45 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
46 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
47 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
48 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
49 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
50 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
51 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
52 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
53 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
54 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
55 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
56 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
57 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
58 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
59 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
60 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
61 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
62 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
63 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
64 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
65 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
66 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
67 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
68 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
69 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
70 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

PORTUGUÊS

No dia 3 de janeiro de 2020, um ataque partindo dos Estados Unidos da América – a mando do presidente Donald Trump – vitimou o general Qasem Suleimani, um dos homens mais poderosos do Irã.

O ataque gerou especulação do início de uma Terceira Guerra Mundial, uma vez que o Irã jurou vingança pelo assassinato de Suleimani, que estava em um veículo atingido pelo drone.

A tensão gerada entre os países reacendeu uma relação que sempre foi conflituosa entre os norte-americanos e o Oriente Médio. Outrossim, a troca de ameaças levantou, em diversas mídias, discussões sobre um possível envolvimento global no conflito – levando à 3ª Guerra.

Donald Trump prometeu grande retaliação se o Irã revidar: num recente Tweet, ele afirma que 52 pontos culturais iranianos estão no alvo americano. Uma multidão prometendo vingança acompanhou funeral de Suleimani no Irã.

https://diariodamanha.com/noticias/entenda-por-que-tem-se-falado-em-terceira-guerra-mundial/

01. De acordo com o texto,

a) O ataque contra Qasem Suleimani foi executado em retaliação a um ataque anterior por parte do Irã.

b) Os EUA atacarão os 52 pontos culturais Iranianos, gerando um conflito equivalente a uma 3ªGuerra mundial.

c) A tensão bélica entre Irã e Estados Unidos se iniciou porque uma multidão de fiéis jurou vingança contra Trump.

d) O ataque ao presidente iraniano agravou consideravelmente a já conturbada situação no Oriente Médio.

e) A 3ª Guerra Mundial pressupõe o envolvimento de outros países aliados no conflito.

02. Infere-se do texto que

a) Há um expressivo número de apoiares do General abatido.

b) A morte de Suleimani não foi premeditada.

c) Qasem Suleimani estava foragido da justiça americana.

d) O presidente do Irã não está intimidado pelas ameaças de Trump.

e) O evento veio a prejudicar uma relação pacífica entre EUA e vizinhos do Irã.

03. Manteria a correção gramatical e os sentidos do texto a substituição de "Outrossim" (3º parágrafo) por

a) Aliás

b) Ademais

c) Não obstante

d) Portanto

e) Destarte

04. Assinale a alternativa em que a retirada da vírgula indicada manteria a correção gramatical do texto.

a) após "2020" (1º parágrafo)

b) após "Suleimani" (1º parágrafo)

c) após "Suleimani" (2º parágrafo)

d) após "tweet" (4º parágrafo)

e) após "mídias" (3º parágrafo)

05. O acento grave verificado em "levando à 3ªGuerra" (3º parágrafo) se justifica

a) pela fusão de preposição exigida pela regência do nome "levar" e do artigo definido feminino que modifica o substantivo feminino "Guerra".

b) pela fusão de preposição exigida pela regência do verbo "levar" e do artigo definido feminino que modifica o numeral em "3ª Guerra".

c) pela fusão de preposição exigida pela regência da forma verbal "levando" e do artigo definido feminino que modifica o numeral em "3ª Guerra".

d) pela fusão de preposição exigida pela regência da forma verbal "levando" e do artigo definido feminino que modifica o substantivo feminino "Guerra".

e) pela fusão de preposição exigida pela regência da forma verbal "levando" e do artigo indefinido feminino que modifica o substantivo feminino "Guerra".

TEXTO II

Como formamos nossa personalidade?

Uns são mais tímidos, sérios e concentrados; outros, mais extrovertidos, alegres e brincalhões. As características mudam completamente de uma pessoa para a outra e são elas que definem a personalidade de cada um de nós. Você provavelmente já deve ter parado para pensar no que o faz ser quem você é!

Aliás, todos nós, em algum momento da vida, costumamos ouvir a tradicional comparação entre pai e filho ou mãe e filho. Mas, e aí, quais fatores influenciam na formação da nossa personalidade? Aquela conversa de "Ah, é teimoso feito o pai"; será que faz sentido?

Conforme explica o médico geneticista e professor do curso de Medicina da Univates André Anjos, sim. Segundo ele, a genética tem muito a ver e uma importância considerável na formação da personalidade das pessoas. "Os traços da personalidade, assim como várias outras características dos seres humanos, são considerados, dentro da genética, o que denominamos de herança complexa, ou herança multifatorial, pois conta com diversos fatores envolvidos", explica.

Como tudo o que envolve o ser humano, porém, as definições não são tão simples assim. Isso porque os genes não são determinantes para a formação da personalidade. Eles funcionam muito mais como "tendências genéticas". "Além da hereditariedade, as questões ambientais também exercem influência na formação e definição das nossas características. São duas forças atuando na formação da personalidade das pessoas. Nenhuma é predominante e ambas atuam em conjunto para que os traços de comportamento se manifestem", conta Anjos. É por isso que não é possível definir uma idade exata a partir da qual a personalidade de um indivíduo está estabelecida. Conforme o professor, o período da infância é bastante definidor dentro do que apresentaremos a respeito de características futuras, mas não podemos afirmar que somente na infância a personalidade estaria em formação.

Para mostrar a importância dos dois fatores no processo de formação da personalidade, o professor cita exemplos de estudos feitos com gêmeos monozigóticos (gêmeos idênticos que possuem o mesmo genoma), que apresentam personalidades diferentes. "Algumas pessoas dizem que gêmeos precisam ter atitudes e pensamentos similares, mas nós sabemos que isso não acontece. Encontramos inúmeros gêmeos que possuem fatores genéticos muito idênticos, mas personalidades completamente diferentes. Nesse caso, é a influência do meio ambiente a responsável por essa diferenciação", lembra. Por outro lado, ele se lembra do caso de filhos adotivos que, mesmo sem contato com os pais biológicos, apresentam semelhanças na personalidade.

"Todas essas características não vêm de um único gene, pois não existe o gene da alegria, o gene da tristeza. São um conjunto de genes que formam uma característica. E é por isso que existe essa dificuldade de pontuar o quanto da genética pode vir do pai ou da mãe, justamente por ser uma mistura".

Ou seja, o ideal é falarmos que a pessoa tem tendência genética à preguiça, ou então tendência genética ao otimismo. Pois é diante daquilo que vivenciamos no ambiente, ao que somos expostos, a forma como somos educados e a tudo que temos de experiência, que irão se manifestando mais ou menos as características predispostas. Isso vale para todos os traços, desde a inteligência, quantidade de sono, preguiça, gula.

https://www.univates.br/noticia/24577-como-formamos-nossa-personalidade

06. De acordo com o texto II, a personalidade

a) é determinada por fatores genéticos, embora o ambiente também possa ser relevante no processo de desenvolvimento pessoal.

b) depende sobretudo das experiências pessoais e ambientais, que modelam o conteúdo já determinado pela carga genética.

c) é formada na infância, na convergência entre fatores ambientais, sociais e genéticos, sem que nenhum especialmente prevaleça sobre o outro.

d) pode variar mesmo entre gêmeos monozigóticos, tendo em vista que o fator predominante na formação de características não é o genético, mas sim o ambiental.

e) tem sua formação influenciada tanto pela hereditariedade quanto pelas questões ambientais, fatores que agem conjuntamente sem que um necessariamente predomine sobre o outro.

07. Assinale a opção que melhor representa a ideia central do texto II.

a) Pois é diante daquilo que vivenciamos no ambiente, ao que somos expostos, a forma como somos educados e a tudo que temos de experiência, que irão se manifestando mais ou menos as características predispostas.

b) Uns são mais tímidos, sérios e concentrados; outros, mais extrovertidos, alegres e brincalhões. As características mudam completamente de uma pessoa para a outra e são elas que definem a personalidade de cada um de nós.

c) "Os traços da personalidade, assim como várias outras características dos seres humanos, são considerados, dentro da genética, o que denominamos de herança complexa, ou herança multifatorial"

d) "Todas essas características não vêm de um único gene, pois não existe o gene da alegria, o gene da tristeza."

e) o período da infância é bastante definidor dentro do que apresentaremos a respeito de características futuras, mas não podemos afirmar que somente na infância a personalidade estaria em formação.

08. Os exemplos do 5º parágrafo servem ao propósito argumentativo de

a) mostrar que cargas genéticas idênticas podem resultar em personalidades bem diferentes.

b) provar que gêmeos homozigóticos não possuem personalidades parecidas.

c) comprovar a relevância de fatores genéticos e sociais na formação das características humanas.

d) atestar a semelhança genética existente entre pais adotivos e filhos biológicos.

e) refutar a tese de que apenas o ambiente determina a personalidade.

09. A expressão sublinhada em "Para mostrar a importância dos dois fatores no processo de formação da personalidade" (5º parágrafo) introduz oração com valor

a) causal

b) consecutivo

c) concessivo

d) final

e) conformativo

10. O vocábulo sublinhado em "Uns são mais tímidos, sérios e concentrados; outros, mais extrovertidos, alegres e brincalhões" (1º parágrafo) compartilha a mesma classificação morfológica que o destacado em

a) E é por isso que existe essa dificuldade

b) Nenhuma é predominante

c) Conforme explica o médico geneticista

d) as definições não são tão simples assim

e) Como tudo o que envolve o ser humano

11. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o segmento "Os traços da personalidade, assim como várias outras características dos seres humanos, são considerados, dentro da genética, o que denominamos de herança complexa, ou herança multifatorial, pois conta com diversos fatores envolvidos" (3º parágrafo), do texto II. Assinale a opção em que a proposta indicada mantém os sentidos e a correção gramatical do texto.

a) Tais quais diversas outras características dos humanos, os traços da personalidade são considerados, dentro da genética, aquilo que denominamos herança complexa ou herança multifatorial, dado que conta com diversos fatores envolvidos

b) Os traços da personalidade, e as várias outras características dos seres humanos, são consideradas na genética o que denominamos de herança complexa, ou herança multifatorial, pois conta com diversos fatores envolvidos

c) Os traços da personalidade ou as várias outras características dos seres humanos, são consideradas o que denominamos na genética de herança complexa, ou herança multifatorial, porque conta com diversos fatores envolvidos

d) Na genética, os traços da personalidade, bem como várias outras características dos humanos, são considerados dentro da genética, aquilo que denominamos de herança complexa, ou herança multifatorial, apesar que conta com diversos fatores envolvidos

e) Tal qual diversas outras características do homem, os traços pessoais são considerados em genética aquilo que se denomina herança complexa ou multifatorial, porquanto conta com diversos fatores envolvidos

12. A conjunção "porém" (4º parágrafo) poderia, sem prejuízo à correção gramatical ou ao sentido original, ser substituída por

a) mas

b) embora

c) malgrado

d) no entretanto

e) não obstante

13. Sobre as estruturas e sentidos do texto, assinale a alternativa correta.

a) No segmento "são elas que definem a personalidade de cada um de nós" a partícula "que" poderia ser retirada sem prejuízo gramatical, por ter ser sido utilizada com valor de realce.

b) Em "é teimoso feito o pai" a forma verbal destacada possui valor comparativo e poderia ser substituída por "como" ou "igual", sem prejuízo gramatical.

c) Em "Algumas pessoas dizem que gêmeos precisam ter atitudes e pensamentos similares" a partícula "que" é classificada como conjunção e introduz uma oração completiva.

d) No segmento "a forma como somos educados e a tudo que temos de experiência", o vocábulo "como" é classificada como "conjunção".

e) No segmento "ele se lembra do caso de filhos adotivos", a partícula "se" poderia ser suprimida.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

14. De acordo com o Código de Ética do Tribunal de Justiça do Pará é vedado ao servidor, EXCETO:

a) praticar qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade de sua função pública, os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais

b) exercer a advocacia ou atuar como procurador no exercício do cargo ou função, de forma direta ou mediante a prestação de auxílio, em defesa de interesse alheio de qualquer espécie, exceto nos casos previstos em lei e regulamentos aplicáveis

c) adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, tal como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal

d) cometer ou permitir assédio sexual ou moral

e) manter sob sigilo dados e informações de natureza confidencial obtidos no exercício de suas atividades

15. Acerca do Código de Ética do Tribunal de Justiça do Estado do Pará assinale a alternativa correta:

a) Promover a apuração imediata de irregularidade no serviço público, de que tenha ciência, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, no âmbito de suas atribuições, diretamente ou por delegação, é poder discricionário da autoridade pública.

b) Os fatos que configurem infrações aos dispositivos deste Código serão sempre apurados por meio de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar, pelo Corregedor de Justiça, respeitando-se, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa.

c) As situações não previstas pelo Código de Ética, caberá ao Presidente do Tribunal resolvê-las por meio de procedimento de consulta.

d) Compete ao Presidente do TJPA promover permanente aplicação, orientação, revisão e propor atualização do presente Código.

e) Os procedimentos instaurados para apuração de prática em desrespeito às normas éticas são sigilosos quando envolverem servidor idoso, mantendo-se a chancela de "reservado", até que esteja concluído.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO

16. O modelo das Cinco Forças de Porter de Michael Porter tem por objetivo a análise da competição entre empresas. O modelo considera cinco fatores importantes, as chamadas forças competitivas. Segundo o modelo, as forças competitivas que atuam sobre uma empresa são: poder de barganha dos fornecedores, poder de barganha dos clientes/consumidores, ameaça de novos entrantes no mercado, grau de rivalidade entre os concorrentes do mercado e

a) manutenção do grau de satisfação dos clientes/consumidores.

b) facilidade de criação de novos produtos e renovação da gama atual.

c) potencial de aquisição de produtos pelos clientes/consumidores.

d) alta demanda de produtos e capacidade de entrega pelos fornecedores.

e) ameaça de produtos e serviços substitutos.

17. De acordo com o TCU, os principais atributos ou qualidades de um indicador devem ser, exceto:

a) Confiabilidade: a fonte de dados utilizada pelo indicador deve ser confiável, fidedigna;

b) Adaptabilidade: capacidade de resposta às mudanças de comportamento e exigências dos clientes. Os indicadores podem tornar-se desnecessários ao longo do tempo e devem ser eliminados ou substituídos por outros de maior utilidade;

c) Atualização periódica: o indicador deve permitir atualização de forma a representar a situação mais atual possível;

d) Representatividade: deve expressar bem a realidade que representa ou mede;

e) Indisponibilidade: dificuldade de acesso para coleta, de modo a proteger o sigilo da fonte;

18. Podemos descrever o conjunto de percepções, opiniões e sentimentos que se expressam no comportamento de um grupo ou uma organização, em um determinado momento ou situação como:

a) Cultura organizacional.

b) Hierarquia.

c) Relacionamento interpessoal.

d) Clima organizacional.

e) Um conflito intergrupal.

19. Dentro do Balanced Scorecard – BSC, a medida que identifica as medidas que a empresa deve tomar para se capacitar para os desafios futuros é a:

a) financeira.

b) dos clientes.

c) aprendizado e crescimento.

d) dos processos internos.

e) estratégica.

20. Uma das principais ferramentas da qualidade trouxe a noção de que, normalmente, poucos itens ou fatores geram a maioria dos efeitos ou impactos. Assim, 20% dos fatores gerariam 80% dos efeitos. Essa ferramenta é a/o

a) Diagrama de Pareto.

b) Diagrama de Ishikawa.

c) Gráfico de Controle.

d) Fluxograma.

e) Histograma.

21. Em um problema típico da avaliação do desempenho, o avaliador generaliza um aspecto do desempenho, seja bom ou ruim, e aplica para todos os quesitos. Esse problema se chama:

a) leniência.

b) excesso de rigor.

c) tendência central.

d) recenticidade.

e) efeito halo.

22. Treinamentos e desenvolvimento de pessoal devem ser avaliados para que se determine sua real efetividade, por exemplo, no aprendizado, no comportamento no cargo e no resultado financeiro da organização. A esse respeito, assinale a opção correspondente ao tipo de avaliação que busca identificar se participante colocou em prática no trabalho o conteúdo.

a) avaliação de reação.

b) avaliação de aprendizagem.

c) avaliação de impacto no comportamento.

d) avaliação de resultados ou de retorno do investimento.

e) avaliação de transferência do treinamento.

23. De acordo com a literatura pertinente, uma das dimensões da liderança transformacional é a

a) Recompensa contingente.

b) Estimulação intelectual.

c) Gerenciamento pela exceção passiva.

d) Gerenciamento pela exceção ativa.

e) Laissez-faire.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

24. De acordo com o Regimento Interno do TJPA, compete ao Presidente do Tribunal de Justiça:

a) decidir a admissibilidade dos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça, bem como levar ao Tribunal Pleno as impugnações sobre os provimentos e demais atos previstos na legislação processual.

b) auxiliar na supervisão e fiscalização do serviço da Secretaria Judiciária.

c) presidir a Comissão de Concurso de Juiz Substituto.

d) exercer outras atribuições administrativas e de representação.

e) convocar as sessões extraordinárias do Tribunal Pleno e do Conselho de Magistratura.

25. Conforme o Regimento Interno do TJPA compete aos Corregedores de Justiça:

a) expedir normas referentes aos estágios dos Juízes de Direito

b) substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais

c) abrir concurso para provimento de vagas nos serviços auxiliares deste Tribunal

d) apreciar os expedientes relativos aos servidores de Justiça de 1ª instância e dos serviços auxiliares do Tribunal, inclusive os relativos às remoções, permutas, transferências e readaptações dos servidores

e) superintender a distribuição dos feitos de competência dos órgãos de julgamento do Tribunal de Justiça.

26. Assinale a alternativa INCORRETA no que diz respeito às Comissões de Concurso, conforme o Regimento Interno do TJPA.

a) A Comissão de Concurso incumbir-se-á de todas as providências necessárias à organização e realização do certame, observadas as regras dispostas em Resolução do CNJ.

b) A Comissão de Concurso contará com uma secretaria para apoio administrativo e mais dois servidores como auxiliares.

c) Poderá ocorrer substituição a qualquer momento na Comissão durante as provas e esta terá caráter definitivo.

d) As decisões da Comissão de Concurso serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, também o voto de desempate.

e) Na falta ou impedimento de Desembargador para compor a Comissão de Concurso, poderá ser convocado para substituição Juiz de 3ª Entrância, observada a ordem de antiguidade, até cessação do impedimento.

27. Conforme o Regimento Interno do TJPA, julgue os itens a seguir:

I – A Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos será constituída pelo Vice-Presidente que, como membro nato, presidi-la-á, pelos Corregedores de Justiça e mais 3 (três) Desembargadores.

II – A Comissão de Informática será composta de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) Desembargadores e pelo menos 3 (três) servidores ocupantes de cargos de Analista Judiciário em serviço de computação, podendo ainda dela participar os Diretores do Fórum Cível e Criminal.

III – A Comissão de Súmula, Jurisprudência, Biblioteca e Revista será constituída de 3 (três) Desembargadores, sendo o Presidente designado de qualquer uma das Seções, e os demais integrantes da Seção Civil e Criminal, cada um.

Estão corretos os itens apresentados em:

a) I e II.

b) II.

c) I, II e III.

d) I e III.

e) II e III.

28. Conforme o Regimento Interno do TJPA, a Comissão Permanente de Segurança Institucional/CPSI, vinculada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, será composta, EXCETO:

a) um Desembargador indicado pela Presidência que presidirá a Comissão;

b) um Juiz auxiliar da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém indicado pelo respectivo Corregedor;

c) um Juiz auxiliar da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior indicado pelo respectivo Corregedor;

d) um Juiz de Direito indicado pela Presidência do Tribunal;

e) um advogado indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil- Seccional Pará.

29. Conforme o Regimento Interno do TJPA, o relatório nos autos deve conter a exposição sucinta da matéria controvertida pelas partes e da que, de ofício, possa vir a ser objeto de julgamento, sendo obrigatório:

a) nos embargos de declaração.

b) nos agravos internos.

c) nos agravos de instrumento.

d) nas ações rescisórias.

e) nas ações que envolvam pessoas idosas ou incapazes.

30. De acordo com a Lei n. 5.810/1994 é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, nos seguintes casos:

I. a de 2 (dois) cargos de professor.

II. a de 1 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico, de nível médio ou superior.

III. a de 2 (dois) cargos privativos de médicos.

Estão corretos os itens apresentados em:

a) I e II.

b) II.

c) I, II e III.

d) III e I.

e) III e II.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. A desconcentração e a descentralização são formas de organização administrativa, que permitem que o Estado defina os meios e a estrutura para satisfazer às necessidades da população. Sobre esse assunto, marque a opção correta:

a) a desconcentração consiste na criação de entidades administrativas com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira.

b) a fusão de órgãos públicos constitui a centralização dos serviços, representando a assunção da atividade pela entidade política central.

c) a descentralização política formaliza-se por contrato ou convênio administrativo, consistindo em parcerias voluntárias firmadas entre os entes federados.

d) a descentralização funcional consiste na criação de entidades administrativas, envolvendo a transferência da titularidade e da competência para prestar o serviço.

e) a criação de secretarias municipais é meio de descentralização em razão da matéria, uma vez que cada órgão será encarregado de uma atividade específica.

32. A respeito da responsabilidade civil do Estado, marque a alternativa correta.

a) O Estado não pode responder por atividade legislativa, ainda que se trate de leis de efeitos concretos, uma vez que o Poder Legislativo manifesta o poder de coação estatal.

b) A excludente de ilicitude penal não exclui, por si só, a responsabilidade civil do Estado.

c) A teoria do risco integral somente admite excludentes em casos excepcionais, como nos danos decorrentes de acidentes nucleares.

d) Os agentes públicos de fundações públicas de direito público respondem diretamente por danos causados a terceiros.

e) Nas ações contra a fazenda pública, a prescrição será quinquenal em relação às entidades administrativas de direito público e de direito privado, ainda que exploradoras de atividade econômica.

33. Se uma autarquia federal desejar realizar a aquisição de material de escritório para o fornecimento a diversas de suas unidades administrativas, será viável a adoção:

a) da inexigibilidade de licitação, uma vez que as múltiplas contratações inviabilizam a realização de procedimento competitivo, mas os contratos deverão ser firmados por valor de mercado.

b) de dispensa de licitação, em hipótese expressamente prevista na Lei 8.666/1993, consistindo modalidade de convênio administrativo, em virtude do interesse comum das diversas unidades da autarquia.

c) do sistema de registro de preços, admitindo a concorrência ou o pregão como modalidades, sendo a última cabível para bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação.

d) da concorrência, mas apenas quando o valor estimado da contratação constituir contrato de grande vulto.

e) do leilão, constituindo o vencedor aquele que atender às condições exigidas pela administração, e oferecer o menor preço.

34. No início do ano, João, servidor público de uma prefeitura, concedeu licenciamento para a realização de obra privada. Porém, constatou-se que somente Ana, autoridade hierarquicamente superior a João, é que possuía competência para editar o ato. Considerando que o ato seria passível de delegação, a situação admite:

a) a revogação, com posterior edição de novo ato, eivado de vício de competência.

b) a anulação, uma vez que o vício é insanável, pois o licenciamento configura ato administrativo vinculado.

c) a convalidação, pois o vício de competência é, em regra, sanável.

d) a contraposição, editando-se novo ato administrativo para corrigir o vício.

e) a caducidade, uma vez que a legislação superveniente é incompatível com o ato administrativo.

35. O governador do Estado do Pará deseja alterar a forma de fiscalização das atividades de policiamento de trânsito nas rodovias estaduais e, para isso, poderá se utilizar:

a) da criação de empresa pública, desde que receba autorização legislativa para a instituição de entidade, que poderá se encarregar das tarefas de licenciamento e de fiscalização.

b) somente da criação de autarquias, uma vez que o poder de polícia é indelegável, em todos os seus aspectos.

c) da delegação para a iniciativa privada, das atividades de regulação e sancionamento, desde que devidamente autorizadas pelo conselho de trânsito regional.

d) somente da prestação centralizada da atividade, por intermédio de seus órgãos públicos, em virtude do poder de império que envolve o serviço.

e) da delegação do serviço, mediante autorização judicial, em virtude da ausência de competência autoexecutória no exercício do poder de polícia.

36. No caso de rescisão de contrato administrativo decorrente de caso fortuito ou força maior, sem culpa das partes, assegurar-se-á ao contratado:

a) além do ressarcimento por eventuais prejuízos, a devolução da garantia e a realização dos pagamentos devidos pelo que houver executado e pelo custo de desmobilização.

b) o bônus decorrente da multa imposta à administração decorrente da rescisão do contrato, além do ressarcimento dos prejuízos comprovados.

c) a indenização pelos custos de desmobilização, mas a garantia ficará retida para o custeio de despesas administrativas decorrentes da rescisão.

d) somente os pagamentos decorrentes do que houver executado, não se aplicando indenizações, em virtude da natureza imprevisível da rescisão.

e) o compartilhamento dos prejuízos com o poder público, uma vez que a rescisão decorreu de situação alheia à vontade das partes.

37. O controle realizado pelo Tribunal de Contas quando realiza uma auditoria para verificar se procedimento de licitação realizado pelo Tribunal de Justiça está em conformidade com as normas aplicáveis pode ser classificado como:

a) interno e posterior.

b) externo e político.

c) interno e compulsório.

d) externo e de desempenho.

e) externo e de legalidade.

38. A extinção de um contrato de concessão de serviços públicos poderá ocorrer mediante:

a) caducidade, a partir de processo administrativo, quando situação superveniente, alheia a vontade da concessionária, exigir a rescisão.

b) encampação, quando a extinção ocorrer durante o prazo de concessão, após autorização legislativa e indenização prévia, em virtude de razão de interesse público.

c) rescisão, por acordo, quando não houver interesse das partes no prosseguimento da concessão.

d) anulação, quando não for possível reajustar os valores do contrato, ensejando o descumprimento contratual pela administração.

e) intervenção, devendo a administração apurar os fatos mediante processo administrativo específico.

39. Jonas apresentou recurso contra ato de autoridade pública, mas o recurso foi indeferido, uma vez que o recorrente não realizou o recolhimento de caução em dinheiro, exigido por lei especial para fins de garantia do exame recursal.

Considerando a situação hipotética acima, Jonas:

a) deverá realizar o recolhimento de caução, como requisito imprescindível para a tramitação de recurso na via administrativa.

b) deverá elaborar requerimento, alegando hipossuficiência, pleiteando que o recolhimento de caução seja dispensado pela autoridade competente.

c) poderá apresentar reclamação ao STF, uma vez que é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

d) poderá apresentar pedido de reconsideração, recolhendo metade do valor da garantia caso comprove que possui baixa renda.

e) deverá solicitar instrumento alternativo de recurso, previsto em lei, dispensando o depósito de caução para a interposição do primeiro recurso cabível, somente.

40. A Constituição Federal dispõe que a remuneração e o subsídio dos servidores serão fixados em lei, assegurando-se a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Sobre este tema, marque a alternativa correta, a partir da jurisprudência do STF:

a) a revisão geral anual é uma garantia constitucional dos servidores, ensejando direito à indenização quando não concedida no prazo constitucional.

b) caberá ao Poder Legislativo instituir a revisão, quando o projeto de revisão geral anual não for encaminhado pelo Poder Executivo.

c) caberá ao Poder Judiciário suprir a ausência de concessão da revisão geral anual, assegurando o cumprimento das normas constitucionais.

d) o não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos não gera direito subjetivo à indenização, mas o Poder Executivo deve se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão.

e) quando ausente o projeto de lei de revisão geral anual, deverá ser aplicado automaticamente o índice oficial de inflação, uma vez que se trata de medida de pleno direito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

41. Nossa atual Carta Política prevê, expressamente, o remédio constitucional do habeas data, que tem como principal objetivo proteger a esfera íntima dos indivíduos contra abusos no registro e utilização de dados. A esse respeito, é correto afirmar que:

a) O habeas data tutela o direito geral à informação, garantindo o acesso a bancos de dados governamentais.

b) As regras gerais relativas ao habeas data, presentes na CF/88, devem ser seguidas pelo legislador ordinário dos demais entes federados, ao disciplinarem o tema.

c) O mandado de segurança, enquanto ação residual, apenas será cabível, na recusa no fornecimento de certidões, quando o habeas data se mostrar inviável.

d) Apesar de gratuita para todos os cidadãos, trata-se de ação de natureza civil, para a qual se exige a assistência de advogado e a demonstração do interesse de agir.

e) Inadmite-se a figura da substituição processual, ainda que o titular do direito tenha falecido, caso em que os herdeiros deverão utilizar-se da via judicial própria.

42. Os tratados internacionais, a exemplo do Estatuto de Roma, que instituiu o Tribunal Penal Internacional, não podem, em nenhuma hipótese, alterar o conteúdo de normas internas, em respeito à soberania nacional.

a) A submissão do Brasil a Tribunal Penal Internacional ao qual tenha manifestado adesão, cuja jurisdição é complementar às jurisdições penais nacionais, não podendo, em nenhuma hipótese, alterar o conteúdo de normas constitucionais, em respeito à soberania nacional.

b) A prevalência dos tratados internacionais de direitos humanos, como regra, em relação ao ordenamento jurídico interno, podendo excepcionar a norma geral relativa à competência do Tribunal do Júri, inclusive.

c) A autorização, conferida ao Procurador-Geral da República, para suscitar o incidente de deslocamento de competência da justiça comum para o STJ, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.

d) A competência da Justiça Federal para processar e julgar causas que envolvam grave violação de direitos humanos, após provimento do STJ a incidente de deslocamento de competência suscitado pelo Procurador-Geral da República.

e) A submissão à jurisdição do TPI, que surgiu de maneira a contrastar com o princípio do juiz natural, motivo pelo pairam sérias dúvidas acerca de sua constitucionalidade.

43. Suponha que, em sede de tomada de contas especial, o Tribunal de Contas da União tenha expedido, sem que tenham sidos observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa, título condenatório baseado em ato que, supostamente, teria causado dano ao erário. Nessa situação, pode-se dizer que:

a) Caberá ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de eventual mandado de segurança ajuizado contra ato administrativo do TCU.

b) Eventual ação interposta contra o ato caberá ao tribunal competente para o julgamento do autor do ato de improbidade.

c) A medida cabível para impugnar o ato é o mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

d) A medida deverá ser impugnada administrativamente, cabendo reclamação, perante o STF, contra decisão que contrarie entendimento firmado pela Suprema Corte.

e) Caberá ao Supremo Tribunal Federal o julgamento de eventual mandado de segurança contra o título expedido pelo TCU, em sede de recurso ordinário, se denegatória a decisão.

44. Analisando-se o rol de atribuições constitucionalmente conferidas aos Estados, pode-se dizer que estes possuem competência concorrente para:

a) Legislar sobre assuntos que não sejam atribuídos à União, tratando-se de competência residual.

b) Disciplinar matérias de interesse comum a todos os entes federados, de acordo com a técnica horizontal de repartição de competências.

c) Legislar sobre licitações e Contratos, observadas as normas gerais editadas pela União.

d) Legislar sobre previdência social, desde que a autorizados por Lei Complementar Federal, devendo tal autorização ser estendida aos demais entes regionais.

e) Legislar sobre orçamentos, podendo exercer a competência suplementar supletiva apenas temporariamente e em caso de inércia por parte da União.

45. Considerando o que determina a Constituição Federal de 1988 a respeito da Advocacia Pública, assinale a alternativa correta:

a) Cabe à Advocacia-Geral da União a representação extrajudicial da União, sendo a representação judicial reservada ao Procurador-Geral da República.

b) O Procurador-Geral do Estado deverá ser escolhido dentre os membros que integram a carreira.

c) Em virtude do princípio da unicidade, é inconstitucional a criação de procuradorias autárquicas pelos Estados-membros.

d) Os Procuradores estaduais não serão detentores de prerrogativa de foro, ainda que a Constituição do respectivo Estado contenha disposição nesse sentido.

e) A representação judicial e extrajudicial da União, pela Advocacia-Geral da União, alcança apenas o Poder Executivo.

46. Suponha que o Vice-Governador do Estado X, durante o período de substituição do titular, quando este se encontrava em viagem internacional, tenha praticado crime comum. Levando-se em consideração o que determina a Constituição Federal e o posicionamento jurisprudencial em torno do assunto, pode-se afirmar que:

a) O Vice deverá ser processado e julgado pelo Tribunal de Justiça, caso tal previsão conste expressamente da Constituição do respectivo Estado.

b) Ao Vice-Governador, no exercício das atribuições do titular do cargo, estende-se automaticamente a prerrogativa de foro no STJ.

c) O Vice-Governador possui prerrogativa de foro no Tribunal de Justiça correspondente, independentemente de encontrar-se ou não em substituição do titular, por expressa previsão na Constituição Federal.

d) O Vice-Governador não detém prerrogativa de foro, em quaisquer circunstâncias, devendo ser julgado pela instância ordinária da justiça estadual.

e) Por tratar-se de substituição temporária, a Constituição Estadual não poderia atribuir o foro privilegiado ao Vice. Em caso de sucessão, no entanto, o Vice receberia, automaticamente, a prerrogativa do Governador.

47. A problemática em torno do processo de reformar a Constituição engloba a permanente tensão entre a estabilidade e a "sobrevivência" da Constituição da República ao longo do tempo. Como forma de solucionar a difícil equação envolvendo a realidade e o vigor de seu texto, um dos artifícios de que lançou mão o legislador constituinte foi:

a) A adoção da rigidez constitucional, como regra, situando determinadas matérias em patamar hierárquico superior, insuscetível de quaisquer restrições ao seu alcance.

b) A inserção, em seu texto, de matérias sujeitas à absoluta intangibilidade por parte do legislador reformador, as chamadas limitações materiais.

c) O respeito ao princípio federativo, evidenciado tanto na menção expressa no rol de cláusulas pétreas, quanto na legitimação conferida a todos os entes para a propositura de emendas constitucionais.

d) A inclusão do princípio da Separação dos Poderes como integrante do rol de cláusulas pétreas, o que não impede a modificação da divisão das atribuições entre os três Poderes da Federação.

e) A limitação temporal para a modificação de seu texto, consistente na vedação à reapresentação de proposta anteriormente rejeitada, dentro da mesma sessão legislativa.

48. A respeito da composição das Cortes de Contas brasileiras, é correto afirmar que:

a) Os Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais possuem as mesmas garantias, prerrogativas e vencimentos dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça.

b) Os Tribunais de Contas, ainda que sejam órgão independentes e dotados de autonomia, não são detentores de iniciativa de projetos de lei.

c) Aplica-se o princípio da simetria no que diz respeitos às regras relativas à composição e ao número de membros das Cortes de Contas Estaduais, presentes na CF/88.

d) A Constituição veda a criação de Tribunais de Contas Municipais, assim como a extinção destes, onde houver.

e) Junto ao TCU atua um Ministério Público especializado, vinculado e preenchido por membros provenientes do MP comum.

49. A Constituição, em seu art. 95, traz diversas vedações aos juízes, destinadas a garantir a imparcialidade dos órgãos julgadores. A esse respeito, é INCORRETO afirmar que:

a) As vedações aos magistrados são verdadeiras garantias de imparcialidade, estando inseridas em rol taxativo do texto constitucional.

b) A proibição ao exercício de outros cargos e funções abrange, também, funções privadas, ainda que o magistrado se encontre em disponibilidade.

c) A lei poderá estabelecer hipóteses de exceção à proibição do recebimento de custas ou participação em processo.

d) Ainda que não deseje se candidatar a nenhum cargo eletivo, o magistrado não poderá, sequer, filiar-se a nenhum partido político, antes de se afastar da função.

e) A Constituição não proíbe a participação de juízes em sociedade comercial, na qualidade de acionistas majoritários.

50. Josinar, brasileiro, analfabeto, atualmente com 30 anos de idade, deseja se candidatar ao cargo de Governador do seu Estado. Seu irmão, Josileu, é prefeito do município onde ambos residem, há 6 anos, estando atualmente no exercício de seu segundo mandato. Considerando atendidas as demais exigências estabelecidas no texto da Constituição Federal de 1988, é possível afirmar que Josinar:

a) Ao optar pelo alistamento eleitoral, poderá ocupar o cargo de governador, caso venha a ser eleito, sem qualquer impedimento relacionado à capacidade eleitoral passiva.

b) É inelegível, de modo absoluto.

c) Não poderá ser eleito, por incidir em uma das incompatibilidades ao exercício do cargo, previstas na Constituição.

d) Incidirá em uma das hipóteses de inelegibilidade relativa, uma vez que a condição de analfabeto não é definitiva.

e) Poderá ser eleito para qualquer cargo eletivo estadual, mas não poderá candidatar-se a nenhum cargo eletivo na circunscrição do seu município.

DIREITO CIVIL

51. A respeito do prazo de vigência das leis, é correto afirmar:

a) O prazo de *vacatio legis* da lei brasileira, quando esta for admitida, será de 90 dias nos Estados estrangeiros.

b) Denomina-se *vacatio legis* o período que vai da aprovação da lei até o momento em que ela entra em vigor.

c) O prazo de vacatio legis pode ser determinado, de modo específico, pelo legislador.

d) A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, utilizando a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" à critério exclusivo do legislador.

e) A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

52. Acerca do instituto da prescrição, é correto afirmar:

a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

b) A renúncia da prescrição deverá ser expressa, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

d) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, aproveitam os outros, qualquer que seja a natureza da obrigação.

e) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados..

53. "(...) 5- O ardil, não raro, é camuflado e obscuro, de modo a embaralhar as vistas de quem precisa encontrá-lo. O chicaneiro nunca se apresenta como tal, mas, ao revés, age alegadamente sob o manto dos princípios mais caros, como o acesso à justiça, o devido processo legal e a ampla defesa, para cometer e ocultar as suas vilezas. O abuso se configura não pelo que se revela, mas pelo que se esconde. Por esses motivos, é preciso repensar o processo à luz dos mais basilares cânones do próprio direito, não para frustrar o regular exercício dos direitos fundamentais pelo litigante sério e probo, mas para refrear aqueles que abusam dos direitos fundamentais por mero capricho, por espírito emulativo, por dolo ou que, em ações ou incidentes temerários, veiculem pretensões ou defesas frívolas, aptas a tornar o processo um simulacro de processo ao nobre albergue do direito fundamental de acesso à justiça." (STJ. 3ª Turma. REsp 1817845-MS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Rel. Acd. Min. Nancy Andrighi, julgado em 10/10/2019). O texto trata do instituto denominado de:

a) autonomia da vontade.

b) *surrectio*.

c) *supressio*.

d) assédio processual.

e) *venire contra factum proprium.*

54. Um contrato que, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, e terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir, denomina-se de:

a) Contrato preliminar.

b) Contrato aleatório.

c) Contrato com Pessoa a Declarar.

d) Evicção.

e) Promessa de fato de terceiro.

55. Com relação à doação, assinale a alternativa correta:

a) A doação far-se-á por escritura pública ou instrumento público.

b) A doação feita ao nascituro será nula de pleno direito.

c) A doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado extingue-se morrendo o doador, salvo se este outra coisa dispuser, mas não poderá ultrapassar a vida do donatário.

d) É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador, mas é válida a doação quanto à parte que exceder à de que o doador, no momento da liberalidade, poderia dispor em testamento.

e) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até cinco anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56. O Princípio da Motivação das Decisões Judiciais, com fundamento constitucional e no Código de Processo Civil prevê que todas as decisões devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade. Desse modo, afirma-se que:

a) a função endoprocessual da fundamentação permite o controle público das decisões judiciais e, como desdobramento, do exercício da função jurisdicional do Estado.

b) a função extraprocessual da fundamentação permite que as partes controlem a decisão por meio da interposição dos recursos cabíveis.

c) a doutrina entende que os despachos também precisam ser fundamentados pois, de algum modo, expressam a decisão do magistrado para a marcha processual.

d) o Código de Processo Civil permite que sejam empregados conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso, como fundamentação de uma decisão interlocutória.

e) o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão e, desse modo, são incabíveis embargos de declaração por omissão.

57. As astreintes, uma espécie de multa processual, configuram um importante mecanismo de execução indireta, buscando coagir o devedor ao cumprimento da obrigação mediante a imposição de multa pecuniária. Sobre o tema, é correto:

a) a aplicação de multa depende de requerimento da parte.

b) a multa poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória, na sentença ou na fase de execução, ainda que seja insuficiente e incompatível com a obrigação.

c) o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periocidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

d) a decisão que fixa a multa não é passível de cumprimento provisório, devendo-se aguardar a liquidação da sentença para a fixação do montante a ser pago e posterior trânsito em julgado.

e) o valor da multa, assim como a cláusula penal dos contratos, está limitado ao valor da obrigação principal.

58. Um dos instrumentos para impugnar decisões transitadas em julgado é a ação rescisória. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

a) A legitimidade de propositura da ação rescisória cabe a quem foi parte no processo ou ao seu sucessor a título universal ou singular, bem como a Ministério Público em determinadas hipóteses. O terceiro, ainda que juridicamente interessado, não tem legitimidade.

b) A ação rescisória é cabível contra decisões interlocutórias e decisões monocráticas, desde que tenham transitado em julgado e sejam decisões de mérito.

c) A sentença homologatória de acordo pode ser impugnada por ação rescisória, desde que após o seu trânsito em julgado.

d) Em se tratando de prova nova, cuja existência era ignorada pelo autor da ação rescisória, esta será admitida quando se tratar de prova documental.

e) A ação rescisória só é admitida contra sentenças definitivas, pois busca rescindir o mérito da decisão.

59. Considerando as regras trazidas pelo Código de Processo Civil sobre a tutela provisória, não é possível afirmar que:

a) Os atos processuais não serão praticados durante as férias forenses e feriados, exceto, dentre outros casos, as tutelas provisórias.

b) A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

c) A tutela de urgência conserva sua eficácia na pendência do processo e pode, a qualquer tempo, ser modificada ou revogada.

d) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

e) A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303 do CPC, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, mas qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada.

60. O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) foi uma das grandes inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015. Sobre o referido incidente, assinale a alternativa correta.

a) A participação do Ministério Público é facultativa.

b) Para que o incidente de resolução de demandas repetitivas seja instaurado, é necessário que não haja afetação de recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal sobre a mesma questão de direito.

c) É obrigatória a exigência de custas processuais para que o incidente de resolução de demandas repetitivas seja instaurado.

d) É obrigatória a ocorrência de repetição de processos envolvendo a mesma questão de fato ou de direito para que o incidente de resolução de demandas repetitivas seja instaurado.

e) Não é obrigatória a ocorrência de repetição de demandas judiciais envolvendo a mesma questão de direito para que o incidente de resolução de demandas repetitivas seja instaurado.

DIREITO PENAL

61. Acerca dos elementos do fato típico e da consumação e da tentativa, assinale a alternativa correta:

a) Há tentativa inidônea quando, uma vez iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente

b) Para a teoria finalista, cujo principal expoente foi o alemão Hans Welzel, a conduta é mero movimento corporal causador do resultado

c) O princípio da insignificância afasta a tipicidade formal e material da conduta

d) Não há que se falar em arrependimento posterior quando o crime é praticado com grave ameaça à pessoa ou violência, ainda que contra coisa

e) O Código Penal adotou a teoria objetiva da punibilidade da tentativa

62. Acerca da ilicitude e da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

a) Pela teoria da *actio libera in causa*, aquele que praticar conduta delituosa em situação de embriaguez voluntária deverá ser responsabilizado criminalmente pelo fato.

b) O consentimento do ofendido é considerado causa legal de exclusão da ilicitude, podendo ser prestado antes ou durante a conduta típica, mas não após.

c) a legítima defesa real recíproca é possível

d) o Código Penal adota a teoria diferenciadora no que tange ao estado de necessidade

e) É isento de pena aquele que pratica o fato em situação de embriaguez acidental, ainda que incompleta

63. Acerca do concurso de pessoas e da extinção da punibilidade, assinale a alternativa correta:

a) O CP adotou, no que tane ao concurso de agentes, a teoria monista, sem exceções

b) A cooperação dolosamente distinta não tem previsão legal expressa no Código Penal, embora seja aceita jurisprudencialmente

c) A participação de menor importância gera redução de pena de um sexto a um terço

d) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 03 anos quando a multa for a única cominada ou aplicada.

e) A reincidência influencia na prescrição da pretensão punitiva

64. Marcelo, servidor ocupante de cargo em comissão no TJPA, apropriou-se de um relógio avaliado em R$ 400,00, que fora objeto de busca e apreensão em determinado processo criminal, e que estava em sua posse em razão do cargo exercido no Tribunal.

Neste caso, é correto afirmar que Marcelo:

a) praticou o crime de apropriação indébita, eis que se trata de bem particular

b) praticou o crime de apropriação indébita, eis que não pode ser considerado funcionário público para fins penais, já que ocupa mero cargo em comissão

c) praticou o crime de peculato, devendo sua pena ser aumentada em um terço

d) praticou o crime de peculato, sem qualquer majoração

e) não praticou crime, dada a atipicidade material da conduta, pelo princípio da insignificância

65. Sobre os crimes contra a administração da Justiça, assinale a alternativa correta:

a) o crime de falso testemunho, apesar de ser crime de mão-própria, admite concurso de agentes

b) o crime de exercício arbitrário das próprias razões é sempre de ação penal privada

c) é isento de pena quem pratica o crime de favorecimento real em favor de cônjuge, ascendente, descendente ou irmão

d) a permanência do estrangeiro expulso no território nacional, dele se recusando a sair, é conduta que caracteriza o crime de reingresso de estrangeiro expulso

e) o crime de denunciação caluniosa não se configura se a imputação falsa é relativa a fato definido como contravenção penal

DIREITO PROCESSUAL PENAL

66. Sobre o inquérito policial, a competência e a ação penal, assinale a alternativa correta:

a) O arquivamento do inquérito policial pela autoridade judiciária, após requerimento do MP, com fundamento em excludente de ilicitude, faz coisa julgada material, conforme entendimento do STF.

b) Compete à Justiça Federal processar e julgar contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços e interesses da União.

c) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar Prefeito pela prática de crime comum, de competência estadual, ressalvada a competência do Tribunal Regional Eleitoral em relação aos crimes eleitorais e do Tribunal Regional Federal em relação a crimes federais.

d) Há renúncia ao direito de queixa se o querelante deixa de incluir algum dos infratores na queixa-crime, ainda que se trate de omissão involuntária

e) A ação penal privada subsidiária da pública não se submete ao prazo decadencial de 06 meses

67. No que tange aos sujeitos do processo e às citações e intimações, assinale a alternativa correta:

a) A condução coercitiva do réu é permitida, ainda que para fim exclusivo de interrogatório

b) O assistente, dentre outras faculdades, poderá propor meios de prova, mas não requerer perguntas às testemunhas

c) é nula a citação de réu preso na mesma unidade da federação do Juízo perante o qual tramita o processo

d) É nula a citação por edital que indica apenas o dispositivo da lei penal e não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia

e) A expedição de carta rogatória não suspende o curso do prazo prescricional

68. Sobre o tema de provas, assinale a alternativa correta:

a) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

b) O silêncio, conquanto seja direito do réu e não constitua confissão, poderá ser interpretado em prejuízo da defesa

c) Não será computada como testemunha a pessoa que nada souber que interesse à decisão da causa

d) A acareação é admitida entre testemunhas e ofendidos, mas não entre estas e acusados.

e) Na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito será realizado por dois peritos não oficiais, preferencialmente portadores de diploma de curso superior.

69. Sobre a revisão criminal, assinale a alternativa correta:

a) A revisão criminal é cabível quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal, mas não quando for contrária à evidência dos autos.

b) A revisão criminal é cabível, dentre outros casos, quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado, mas não será cabível caso a prova nova seja apenas capaz de reduzir a pena imposta

c) A revisão poderá ser requerida a qualquer tempo, desde que ainda não tenha sido cumprida integralmente a pena imposta

d) A revisão criminal é considerada doutrinariamente como recurso

e) Não será admitida a reiteração do pedido de revisão criminal, salvo se fundado em novas provas

70. Sobre a sentença e os recursos, assinale a alternativa correta:

a) Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 05 dias contados da sua publicação.

b) No julgamento das apelações poderá o tribunal, câmara ou turma proceder a novo interrogatório do acusado ou determinar outras diligências, sendo vedado reinquirir outras testemunhas.

c) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, desde que não venha a aplicar pena mais grave que aquela prevista para o delito originalmente imputado ao agente.

d) O juiz deverá absolver o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, caso existam circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena, o mesmo não ocorrendo caso haja fundada dúvida sobre a existência de tais circunstâncias.

e) O recurso em sentido estrito possui efeito regressivo ou diferido

Estratégia Concursos

QUESTÃO DISCURSIVA

DEMOCRACIA DIGITAL

Para Wilson Gomes, professor da Universidade Federal da Bahia, em seu artigo "A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política", democracia digital se refere "à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos".

Isso significa que a internet é uma ferramenta com capacidade de promover a participação da sociedade civil em assuntos de interesse público, participação esta que configura de maneira efetiva a luta por uma sociedade cada vez mais justa e democrática. Deste modo, podemos afirmar que a democracia digital deve assegurar a participação civil nas decisões políticas de uma nação.

Disponível em: https://www.tecmundo.com.br/rede-social/2885-democracia-digital.htm. Acesso em: 31 dez. 2019.

CIBERATIVISMO - ATIVISMO NASCE NAS REDES E MOBILIZA AS RUAS DO MUNDO

Quando você busca apoiar uma causa social, o que faz? Provavelmente uma das primeiras coisas é acessar a internet: fazer uma doação, compartilhar campanhas e experiências, assinar uma petição ou confirmar presença em algum protesto. Esses são alguns dos exemplos de como a rede vem ampliando o ativismo social e político e criando novas formas de atuação e mobilização, compondo o que é chamado de ciberativismo.

https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciberativismo-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas.htm. Acesso em: 31 dez. 2019.

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

ATIVISMO VIRTUAL E DEMOCRACIA DIGITAL

Ao elaborar seu texto, discuta o que se pede a seguir.

a) O ativismo virtual e a democracia. (9,5 pontos)

b) Desafios da expansão do uso da internet para o exercício dos direitos do cidadão. (9,5 pontos)

c) Apresente alternativas para combate à exclusão digital. (9,5 pontos)

Obs.: *Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe). Busca por Correção de Redação - Simulado PCDF no sítio eletrônico do Estratégia Concursos.*

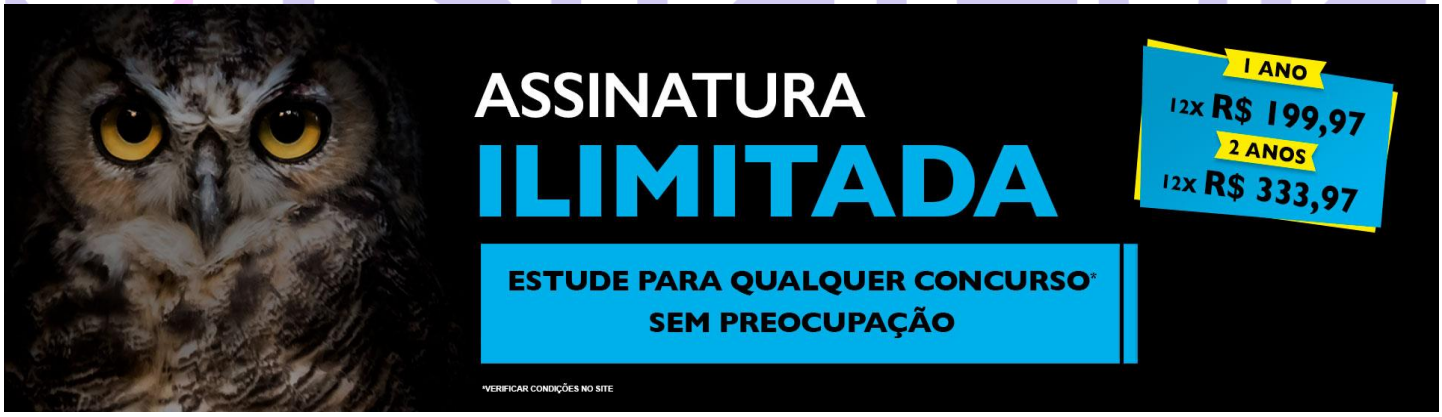
FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia Concursos

Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-TJ-PA-Analista-12-01-20

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!